



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 111/2022

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 30611/2022

DATA DA REALIZAÇÃO: 28 DE JULHO DE 2022 às 08h30

HORÁRIO DE INÍCIO DA DISPUTA: 28 DE JULHO às 08h30

LOCAL: Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu – Paraná

www.gov.br/compras/pt-br “Acesso Identificado”

O **MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU**, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob n.º 76.206.606/0001-40, através da Secretaria de Administração, Diretoria de Licitações e Contratos, sediada na Praça Getúlio Vargas nº 280 – centro – Foz do Iguaçu, por intermédio do Excelentíssimo Prefeito Municipal, Francisco Lacerda Brasileiro, torna pública a realização de procedimento de licitação, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM para atender a Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu/PR, visando a** Aquisição de 04 (quatro) automóveis zero quilômetro com base nos planos encaminhados pelas diretorias DIGUAS e DIPE, contemplados com recursos provenientes da Emenda Parlamentar Federal Programação SIGTV/MDS/SNAS nº 410830420210001 - Programa: Estruturação da Rede de Serviços do SUAS - Emenda de Relator 2021 e Emenda Parlamentar Obrigatória nº 192-21, conforme condições, quantidades e especificações constantes no Termo de Referência e seus anexos.

O valor máximo da presente licitação é **R\$ 474.802,10 (quatrocentos e setenta e quatro mil oitocentos e dois reais e dez centavos)**.

Havendo divergências entre a descrição do objeto constante no Edital e a descrição do objeto constante no SITE COMPRASGOV, “SIASG” OU NOTA DE EMPENHO, prevalecerá, sempre, a descrição deste Edital.

DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:

28 DE JULHO DE 2022 às 08h30

USAG: 987563

Local da Sessão Pública: www.gov.br/compras/pt-br

ENDEREÇOS:

PREGOEIRO: Marcos Antonio Vettorello

Fone: (45) 2105-1368 – marcos.mav@pmfi.pr.gov.br

Horário de expediente: das 07h30 às 13h30

Praça Getulio Vargas, nº 280 – Centro - Foz do Iguaçu – PR.

Acesso identificado no link – www.comprasnet.gov.br

O certame deverá ser processado e julgado em conformidade com as disposições deste Edital e seus Anexos, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto Federal nº 10.024, de 20 de setembro de



Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

2019, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar Federal n.º 147, de 14 de agosto de 2014, e legislação complementar aplicável e, no que couber, na Lei Federal n.º 8.666 de 21 de junho de 1993.

É Pregoeiro, deste Município Marcos Antonio Vettorello, designado pela Portaria nº 73.995/2022 de 25 de abril de 2022, publicada no Diário Oficial do Município de Foz do Iguaçu, edição nº 4.392/2022.

1. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA, DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E DA SESSÃO PÚBLICA

1.1. O recebimento das propostas, envio dos documentos de habilitação, abertura e disputa de preços, será exclusivamente por meio eletrônico, no endereço www.gov.br/compras/pt-br.

2. DO OBJETO

2.1. Aquisição de 04 (quatro) automóveis zero quilômetro com base nos planos encaminhados pelas diretorias DIGUAS e DIPE, contemplados com recursos provenientes da Emenda Parlamentar Federal Programação SIGTV/MDS/SNAS nº 410830420210001 - Programa: Estruturação da Rede de Serviços do SUAS - Emenda de Relator 2021 e Emenda Parlamentar Obrigatória nº 192-21, conforme condições, quantidades e especificações constantes no Termo de Referência e seus anexos.

2.2. Edital e seus Anexos poderão ser obtidos através da Internet pelos endereços eletrônicos: www.gov.br/compras/pt-br e <http://www2.pmfi.pr.gov.br/giig/portais/portaldatransparencia/licitacoes/wfrmLicitacoes.aspx>

2.3. A licitação será dividida em ITEM, conforme tabela do ANEXO II do edital, só podendo o licitante concorrer a todos os itens do Grupo.

2.4. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descrito no Compras Governamentais e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as últimas.

2.5. As informações administrativas relativas a este Edital poderão ser obtidas junto ao Setor de Licitações pelo telefone nº (45) 3521-1368.

3. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO E MODO DE DISPUTA

3.1. O critério de julgamento será o de **MENOR PREÇO POR ITEM**, observada às especificações técnicas constantes do Anexo I e demais condições definidas neste Edital.

3.2. Será utilizado o modo de disputa "ABERTO", em que se inicia com a apresentação de lances sucessivos, com prorrogações.

4. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

4.1. Qualquer pessoa, física ou jurídica, é parte legítima para solicitar esclarecimentos ou providências em relação ao presente PREGÃO, ou ainda para impugnar este Edital, desde que o faça com antecedência de até 03 (três) dias úteis, da data fixada para a abertura da sessão pública do certame.



Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

4.2. As impugnações ao Edital deverão ser dirigidas ao (a) pregoeiro (a) e encaminhadas por email, através de e-mail no endereço eletrônico: marcos.mav@omfi.pr.gov.br.

4.3. Caberá ao (a) Pregoeiro (a), auxiliado (a) pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até 02 (dois) dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

4.4. O (A) pregoeiro (a) deverá decidir sobre a impugnação antes da abertura do certame.

4.5. Quando o acolhimento da impugnação implicar alteração do Edital capaz de afetar a formulação das propostas, será designada nova data para a realização deste PREGÃO.

4.6. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao (a) Pregoeiro (a), até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, endereçados exclusivamente ao e-mail: marcos.mav@pmfi.pr.gov.br.

4.7. O (A) pregoeiro (a) responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

4.8. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

4.9. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

4.10. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

5. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

5.1. Poderão participar desta licitação empresas cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 3, de 26 de abril de 2018.

5.2. As empresas não cadastradas no SICAF, que tiverem interesse em participar do presente PREGÃO, poderão providenciar o seu cadastramento e sua habilitação de acordo com as orientações que seguem no link:

https://www3.comprasnet.gov.br/sicaf-web/private/index.jsf;jsessionid=9ipSC9AW-5I+SLBd9yg9GRit.srvv4289_inst01#

5.3. A regularidade do cadastramento do licitante será confirmada por meio de consulta ao Portal COMPRAS.GOV.BR, no ato da abertura do Pregão.

5.4. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o agricultor familiar, o



produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, de 07 de agosto de 2014.

5.5. Será vedada a participação de empresas:

- a) proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;
- b) estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- c) enquadradas nas disposições no artigo 9º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, ou ainda,
- d) Empresas que se encontrem sob falência, dissolução, recuperação judicial ou extrajudicial, exceto empresas com plano de recuperação acolhido judicialmente, e empresas em recuperação extrajudicial, com plano de recuperação homologado judicialmente

5.6. Como requisito para participação neste Pregão, o licitante assinalará “sim” ou “não”, em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

- que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus artigos: 42 a 49;
- nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;
- nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.
- que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;
- que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está - em conformidade com as exigências editalícias;
- que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009.
- que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às



regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

5.7. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

5.8. Na ausência da Declaração Unificada elencada no item 10.8.1, considera-se válida as Declarações devidamente preenchidas e dispostas no campo próprio do sistema eletrônico, sendo que a Declaração Unificada será solicitada como documento complementar pela pregoeira.

6. DO CREDENCIAMENTO

6.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

6.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.gov.br/compras/pt-br, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.

6.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

6.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

6.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

6.6. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

7. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

7.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no item 10 do edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

7.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos no item 10 deste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

7.3. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.



7.4. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

7.5. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

7.6. Os preços e os produtos/serviços propostos são de exclusiva responsabilidade da licitante, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7.7. Ao oferecer sua proposta no sistema eletrônico, o licitante deverá observar rigorosamente a descrição dos itens e considerar as condições estabelecidas no Edital e seus anexos, descrevendo detalhadamente as características do objeto/serviço cotado, informando marca/fabricante (se for o caso) em campo próprio do sistema, preço unitário por item, com até duas casas decimais após a vírgula.

7.8. A validade da proposta será **DE NO MÍNIMO 90 (NOVENTA) DIAS**, contados a partir da data da sessão pública do Pregão.

7.9. Nos valores propostos deverão estar inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais, tributos, fretes e carretos, inclusive ISS e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens ou da prestação de serviços, de forma que o objeto do certame não tenha ônus para o Município de Foz do Iguaçu.

7.10. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

7.11. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

7.12. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

8. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

8.1. **No dia 28 DE JULHO DE 2022 às 08h30**, horário de Brasília-DF, a sessão pública na internet será aberta por comando da Pregoeira, com a divulgação das propostas eletrônicas recebidas e início da etapa de lances.

8.2. O (A) Pregoeiro (a) verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

8.3. Também será desclassificada a proposta (eletrônica) que identifique o licitante.



Prefeitura do Município de Foz de Iguaçu

A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

8.4. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

8.5. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

8.6. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o (a) Pregoeiro (a) e os licitantes.

8.7. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

8.8. O lance deverá ser ofertado pelo valor total (global) do item.

8.9. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

8.10. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

8.11. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de 0,25%.

8.12. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "ABERTO", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

8.13. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

8.14. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

8.15. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

8.16. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o (a) pregoeiro (a), assessorado (a) pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

8.17. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo (a) pregoeiro (a), devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente à Secretaria de Gestão do Ministério da Economia.

8.18. Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.



- 8.19. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 8.20. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 8.21. No caso de desconexão com o (a) Pregoeiro (a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 8.22. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o (a) pregoeiro (a) persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo (a) Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 8.23. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 8.24. A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 8.25. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens produzidos:
- a) no país;
 - b) por empresas brasileiras;
 - c) por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
 - d) por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.
- 8.26. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.
- 8.27. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.
- 8.28. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 8.29. O (A) pregoeiro (a) solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada e planilha de custos ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 8.30. Após a negociação do preço, o (a) Pregoeiro (a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.



9 DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

9.1. Encerrada a etapa de negociação, o (a) pregoeiro (a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto Federal Nº 10.024/2019.

9.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

9.3. **Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo (a) Pregoeiro (a), destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de cartilha, catálogos, folhetos, propostas ou amostras, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo (a) Pregoeiro (a), bem como Prova de Conceito, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.**

9.4. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

9.5. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade da propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

9.6. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

9.7. O (A) Pregoeiro (a) poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

9.8. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo (a) Pregoeiro (a) por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo (a) Pregoeiro (a).

9.9. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o (a) Pregoeiro (a) examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

9.10. Havendo necessidade, o (a) Pregoeiro (a) suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

9.11. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.



10 DA HABILITAÇÃO

10.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o (a) Pregoeiro (a) verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

10.2. SICAF.

Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>)

10.3. Constatada a existência de sanção, o (a) Pregoeiro (a) reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

10.4. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

10.5. A documentação relativa à HABILITAÇÃO JURÍDICA consistirá em:

a) No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

b) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede.

c) Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, na forma da Resolução CGSIM nº 16, de 2009, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br.

10.6. A documentação relativa à QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA consistirá em:

a) Certidão negativa de pedido de falência ou recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, referente à matriz e, quando for o caso, igualmente da filial licitante, em data não anterior a 60 (sessenta) dias da abertura da sessão pública deste pregão.

10.7. A documentação relativa à REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA consistirá em:

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;

b) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante a apresentação de Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda;

c) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa aos tributos relacionados com o objeto licitado;

d) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, relativa aos tributos relacionados com o objeto licitado;



- e) Certificado de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS);
- f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), nos termos da Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011;
- g) Em se tratando de microempresa, empresa de pequeno porte, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, desde que atendidos os demais requisitos do Edital, a(s) empresa(s) nesta condição será (ão) declarada(s) habilitada(s) sob condição de regularização da documentação no prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual prazo, a contar do momento em que for declarado vencedor do certame, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.
- h) A não regularização da documentação no prazo estipulado implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções cabíveis.

10.8. A documentação relativa à QUALIFICAÇÃO TÉCNICA consistirá em:

10.8.1. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

10.8.2. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a serviços executados com as seguintes características mínimas:

10.8.2.1. **A LICITANTE deverá comprovar a sua qualificação e experiência para execução dos serviços descritos no objeto desta licitação, com acervo seu, em características e quantitativos semelhantes aos especificados no Termo de Referência, através da apresentação de, no mínimo, 01 (um) atestado de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que deverá ser compatível, no mínimo, com o objeto desta licitação.**

10.8.2.2. Para comprovação da qualificação técnica a licitante deverá apresentar Atestado(s) de Capacidade Técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica, de direito público ou privado, **que comprovem a execução de no mínimo 50% do quantitativo de serviços**, nas características e prazos relacionados neste Termo de Referência.

10.8.2.3. **Nos termos do art. 30, II, da Lei nº 8.666/93, é obrigatório o estabelecimento de parâmetros mínimos objetivos (quantitativo, prazo, etc.) assim como é importante salientar a impossibilidade de se fixar parâmetro mínimo acima de 50%, pois somente em casos excepcionais pode ser exigido quantitativo superior a 50% do item licitado. (Acórdão 361/2017- TCU Plenário).**

10.8.2.4. Não serão considerados os Atestados que contenham ressalvas

10.8.2.5. O atestado deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:

- O CONTRATANTE com o seu endereço e CNPJ;
- A descrição do objeto da contratação;
- Especificação:



▪ Período de realização dos serviços:

10.8.2.7. No(s) atestado(s) deverá(ão) estar descrito(s) os itens (módulos e serviços) que a LICITANTE tenha atendido, ou seja, fornecido e ativado em outro(s) local;

10.8.2.8. Os atestados poderão ser somados para que assim seja atingido a totalidade de itens que compõem o objeto da contratação, possibilitando desta forma que a LICITADA possa avaliar o *know-how* da LICITANTE. Por exemplo: em um atestado a LICITANTE atendeu um ou mais itens (módulos e serviços) e em outro atendeu outros itens (módulos) que somados resultam na comprovação do atendimento dos itens (módulos) do objeto, no mínimo/máximo de quantitativo previsto;

10.9. Deverá apresentar ainda as DECLARAÇÕES:

a) Declaração Unificada conforme modelo anexo, sendo supridas por aquelas preenchidas no sistema *comprasgov*.

b) A habilitação dos Licitantes será comprovada por meio de prévia e regular inscrição cadastral no SICAF, desde que os documentos comprobatórios estejam validados e atualizados.

c) O cadastro no SICAF, abrangente dos níveis indicados no art. 6º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 3, de 26 abril de 2018, PODERÁ SUBSTITUIRÁ APENAS os documentos indicados nos subitens acima 11.5 – Habilitação Jurídica, 11.6 - Qualificação econômico- financeira e 11.7 - Regularidade fiscal e trabalhista, sendo que os demais são obrigatórios apresentação.

10.10. Na hipótese dos documentos se encontrarem vencidos no referido sistema (SICAF) ou no CRC, o licitante convocado deverá encaminhar, juntamente com os demais, o documento válido que comprove o atendimento das exigências deste Edital, sob pena de inabilitação, ressalvando o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das microempresas ou empresas de pequeno porte, conforme disposto na Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014.

10.11. Também poderão ser consultados os sítios oficiais emissores de certidões de regularidade fiscal e trabalhista, especialmente quando o licitante esteja com alguma documentação vencida junto ao SICAF;

10.12. Os documentos de que tratam os subitens anteriores serão analisados pelo (a) pregoeiro (a) e sua Equipe de Apoio quanto a sua conformidade com o solicitado neste Edital.

10.13. No julgamento da habilitação, o (a) pregoeiro (a) poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

10.14. O não atendimento das exigências constantes do item 12 deste Edital implicará a inabilitação do licitante.

10.15. O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.



10.16. Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o (s) item (ns) de menor (es) valor (es) cuja retirada(s) seja (m) suficiente (s) para a habilitação do licitante nos remanescentes.

10.17. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

11 APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS AJUSTADA E ENVIO DOS DOCUMENTOS COMPLEMENTARES DE HABILITAÇÃO

11.1. Encerrada a etapa de lances, o (a) pregoeiro (a) convocará o licitante detentor da melhor oferta, sendo um item por licitante, para que este anexe no sistema COMPRASNET, a PROPOSTA DE PREÇOS AJUSTADA em conformidade com o último lance ofertado. Para tanto, o (a) pregoeiro (a) fará uso de a ferramenta “CONVOCAR ANEXO”, devendo o licitante anexar o documento utilizando o link “ANEXAR” disponível apenas para o licitante/vencedor.

11.2. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

11.3. O licitante deverá anexar a Proposta de Preços Ajustada e eventual Planilha de Custos, num prazo de até 02 (duas) horas úteis de efetivo funcionamento do órgão público, contados da convocação.

11.4. A fim de aplicar o princípio da isonomia entre as licitantes, após transcorrido o prazo de 02 (duas) horas, não serão considerados, para fins de análise, sob qualquer alegação, o envio da Proposta de Preço, sendo realizado, pelo (a) Pregoeiro (a), o registro da não aceitação da proposta.

11.5. Em caso de impossibilidade de atendimento ao prazo, o licitante deverá solicitar, dentro do prazo estipulado, via chat ou e-mail, prorrogação do mesmo.

11.6. É facultado ao (a) Pregoeiro (a) ou à autoridade competente, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar do processo desde a realização da sessão pública.

11.7. Se a proposta não for aceitável ou se a LICITANTE deixar de enviar a Proposta de Preços atualizada ou não atender às exigências habilitatórias, o (a) Pregoeiro (a) DESCLASSIFICARÁ e examinará a proposta subsequente e, assim, sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda a este Edital.

11.8. A proposta deverá conter:

- a) Proposta de preços, conforme modelo I do presente Edital, vedado o preenchimento desta com dados aleatórios, sob pena de desclassificação da proposta;
- b) Preços unitários e totais, em moeda corrente nacional, em algarismo e por extenso, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária;
- c) Indicação/especificação do equipamento e marca;



d) A apresentação da proposta implicará na plena aceitação das condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

e) Prazo de validade da proposta não inferior a 90 (noventa) dias, contados da data estipulada para a abertura do presente certame, conforme previsto no art. 69, § 2º combinado com o artigo 66, § 4º;

f) O preço proposto deverá ser expresso em moeda corrente nacional (Real), com até duas casas decimais (0,00).

g) A proposta, enviada exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, deve atender todas as especificações técnicas obrigatórias do Edital e Anexos sob pena de desclassificação.

h) O (A) Pregoeiro (a) reserva o direito de realizar diligências para instrução do processo sobre informações que não estejam claras, bem como de solicitar documentos complementares que julgar necessários para os respectivos esclarecimentos.

i) A proposta apresentada terá que refletir preços equivalentes aos praticados no mercado no dia de sua apresentação.

j) A Prefeitura Municipal poderá solicitar ao licitante a prorrogação do prazo de validade da PROPOSTA por até 60 (sessenta) dias. Neste caso, tanto a solicitação quanto a aceitação serão formuladas por escrito, sendo facultado ao licitante recusar ou aceitar o pedido; entretanto, no caso de concordância, a PROPOSTA não poderá **ser modificada**.

12 DOS RECURSOS

12.1. Declarado o vencedor, a pregoeira abrirá prazo de **30 (trinta) minutos**, durante o qual, qualquer licitante poderá de forma motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer.

12.2. A falta de manifestação motivada quanto à intenção de recorrer importará na decadência desse direito.

12.3. Uma vez aceita a intenção de recurso será concedido o prazo de 03 (três) dias para a apresentação das razões de recurso, ficando os demais licitantes, desde logo intimados para, querendo, apresentarem as contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

12.4. Os recursos e contrarrazões deverão ser manifestados exclusivamente por meio eletrônico via internet, no site: www.gov.br/compras/pt-br.

12.5. O recurso contra decisão do (a) Pregoeiro (a) não terá efeito suspensivo

12.6. Decorridos os prazos para os recursos e contrarrazões, o (a) Pregoeiro (a) terá até 5 (cinco) dias para:

12.7. Negar admissibilidade ao recurso, quando interposto sem motivação ou fora do prazo estabelecido;

a) motivadamente, reconsiderar a decisão;

b) manter a decisão, encaminhando o recurso à autoridade competente;

12.8. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.



12.9. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o processo licitatório para determinar a contratação.

12.10. Não havendo recurso, o (a) Pregoeiro (a) adjudicará o objeto ao licitante vencedor e encaminhará o procedimento à autoridade superior para homologação.

13 DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

13.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

13.2. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

13.3. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

13.4. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

13.5. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("*chat*") ou e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

13.6. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

14 DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

14.1. Constatado o atendimento das exigências fixadas neste Edital, o licitante classificado em primeiro lugar será declarado vencedor.

14.2. Se o primeiro proponente classificado não atender às exigências de habilitação, será examinada a documentação do segundo proponente classificado, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até o encontro de uma proposta que atenda a todas as exigências do edital, sendo o respectivo proponente declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto da licitação.

14.3. A homologação do resultado da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto ao proponente vencedor pelo (a) pregoeiro (a), ou, quando houver recurso, pela própria autoridade competente.

14.4. A homologação do resultado desta licitação não obriga esta Administração à aquisição do objeto licitado.

15. DO PAGAMENTO

15.1. Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias após entrega/ativação, mediante emissão do Termo de Recebimento por parte da CONTRATANTE, acompanhada pela ordem de serviços (quando houver), devidamente assinada pelo fiscal designado pelo Município e acompanhada ainda das CND's FGTS,



TRABALHISTA e FEDERAL e após o recebimento definitivo do objeto, através de transferência eletrônica para a conta bancária da CONTRATADA indicada pela mesma.

15.2. A vencedora do certame deverá apresentar as certidões (FGTS, TRABALHISTA, CERTIDÃO ESTADUAL, MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU ESTADO DO PARANÁ em validade para o pagamento.

15.3. Quaisquer erros ou emissão ocorrido na documentação fiscal será motivo de correção por parte da adjudicatária e haverá em decorrência, suspensão do prazo de pagamento até que o problema seja definitivamente sanado.

15.4. Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pelo Município de Foz do Iguaçu/PR, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano.

16 DAS PENALIDADES

16.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

- a) não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- b) não assinar o contrato, quando cabível;
- c) apresentar documentação falsa;
- d) deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- e) ensejar o retardamento da execução do objeto;
- f) não manter a proposta;
- g) cometer fraude fiscal;
- h) comportar-se de modo inidôneo;

16.2. A CONTRATADA, durante a execução do Contrato, poderá ser apenada com.

- a) Advertência;
- b) Multa;
- c) Suspensão de licitar e impedimento de contratar com a Administração Pública Municipal pelo prazo de até dois anos;
- d) Impedimento de licitar e de contratar com o Município e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;
- e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados.

16.3. Poderão ser aplicadas as seguintes multas, conforme a gravidade das infrações:

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	3% sobre o valor do empenho.



Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

2	5% sobre o valor do empenho.
3	7% sobre o valor do empenho.
4	10% sobre o valor do empenho.
5	10% sobre o valor total do Contrato, mais 5% ao dia sobre o valor do empenho.
6	30% sobre o valor do Produto a ser garantido, mais 2% ao dia por atraso sobre o valor do produto.
7	20% sobre o valor total do Contrato.

16.4. Da classificação das infrações por gravidade (GRAU):

INFRAÇÃO	
DESCRIÇÃO DA GRAVIDADE OCORRIDA	GRAU
Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência.	5
Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, o fornecimento/entrega dos produtos por dia e por nota de empenho.	3
Atrasar a entrega injustificadamente, por empenho e por dia.	2
Entregar produto em desacordo com as especificações do edital e proposta sem motivo justificado; por ocorrência.	4
Entregar produtos usados, recondicionados e ou remanufaturados, por produto.	4
Entregar produto mal embalado ou com embalagem danificada e ou violada, por ocorrência.	2
Entregar produto com apresentação em desconformidade com a descrita no edital, por ocorrência.	2
Fornecer informação pérfida de serviço ou substituição de material; por ocorrência.	2
Reutilizar material, peça ou equipamento sem anuência da FISCALIZAÇÃO; por ocorrência.	3
Der causa à inexecução total do objeto do Contrato.	7
AINDA, DEIXAR DE:	
Zelar pelas instalações do Município no momento da entrega, por ocorrência.	1
Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência.	1
Manter a documentação de habilitação atualizada; por item, por ocorrência.	1
Cumprir horário de entrega estabelecido pelo contrato ou determinado pela FISCALIZAÇÃO; por ocorrência.	1
Cumprir determinação da FISCALIZAÇÃO para controle de acesso de seus funcionários; por ocorrência.	2
Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência.	2
Substituir os produtos, às suas custas, quando protegido pela respectiva garantia.	6



Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

- 16.5. A somatória das multas previstas nas tabelas acima não poderá ultrapassar ao percentual de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do Contrato com esse fornecedor.
- 16.6. No caso de atraso por mais de 30 (trinta) dias, ou de o somatório das multas aplicadas por atraso ou inadimplemento ultrapassarem o percentual de 20% (vinte por cento) do valor total da ata, fica facultado ao Município de Foz do Iguaçu/PR reconhecer a ocorrência das hipóteses de cancelamento da ata.
- 16.7. O valor da multa poderá ser descontado das faturas devidas à contratada.
- 16.8. Se os valores das faturas forem insuficientes, fica a contratada obrigada a recolher a importância devida no prazo de 30 (trinta) dias, contados da comunicação oficial.
- 16.9. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
- 16.10. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela contratada à contratante, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.
- 16.11. As sanções administrativas serão aplicadas em procedimento administrativo autônomo, garantindo-se o contraditório e a ampla defesa à contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666/1993.
- 16.12. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, a reincidência de transgressões por parte da contratante, levando em consideração todos os atos celebrados com a CONTRATANTE, bem como os danos causados à Administração, observando o princípio da proporcionalidade e da razoabilidade.
- 16.13. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 (Lei Anticorrupção), como ato lesivo à administração pública nacional, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.
- 16.14. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional nos termos da Lei nº 12.846/2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 16.15. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Municipal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 16.16. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, o Município poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 16.17. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.



17 DA REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO

17.1. Fica assegurado a Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu o direito de revogar a licitação por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulá-la em virtude de vício insanável.

17.2. A declaração de nulidade de algum ato do procedimento somente resultará na nulidade dos atos que diretamente dele dependam.

17.3. Quando da declaração de nulidade de algum ato do procedimento, a autoridade competente indicará expressamente os atos a que ela se estende.

17.4. A nulidade do procedimento de licitação não gera obrigação de indenizar pela Administração.

17.5. A nulidade da contratação opera efeitos retroativamente, impedindo os efeitos jurídicos que o contrato, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.

17.6. Nenhum ato será declarado nulo se do vício não resultar prejuízo ao interesse público ou aos demais interessados.

17.7. A revogação ou anulação será precedida de procedimento administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e formalizada mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

17.8. A autoridade competente para anular ou revogar a licitação é o Prefeito Municipal de Foz do Iguaçu/PR.

18 DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

18.1. As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal nº 8.429/1992), a Lei Federal nº 12.846/2013 e seus regulamentos, se comprometem que para a execução deste contrato nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

19 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1. O resultado e demais atos do presente certame será divulgado no Diário Oficial do Município de Foz do Iguaçu/PR .

19.2. As normas disciplinadoras desta licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que a interpretação não viole a lei e não comprometa o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

19.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o (a) Pregoeiro (a) e os licitantes.



Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

19.4. Os proponentes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo (a) pregoeiro (a).

19.5. Será facultado ao (a) Pregoeiro (a) ou à autoridade superior, em qualquer fase do julgamento, promover diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, inclusive parecer técnico à Secretaria requerente do certame com relação aos produtos cotados, bem como solicitar aos órgãos competentes, elaboração de parecer técnico destinado a fundamentar a decisão.

19.6. O (A) Pregoeiro (a) poderá, ainda, relevar erros formais, ou simples omissões em quaisquer documentos, para fins de habilitação e classificação da proponente, desde que sejam irrelevantes, não firam o entendimento da proposta e o ato não acarrete violação aos princípios básicos da licitação e não gerem a majoração do preço proposto.

19.7. As licitantes devem acompanhar rigorosamente todas as fases do certame e as operações no sistema eletrônico, inclusive mensagem via chat, sendo responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem enviada ou emitida pelo Sistema ou de sua desconexão, bem como será responsável pela apresentação dos documentos solicitados nos prazos previstos.

19.8. Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração ou pela apresentação de documentação referente ao presente Edital.

19.9. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

19.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento, observando-se que só se iniciam e vencem prazos em dia de expediente normal na Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu/PR, exceto quando explicitamente disposto em contrário.

19.11. A autoridade competente poderá revogar a presente licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, sem que caiba às Licitantes direito à indenização.

19.12. O resultado da licitação será divulgado pelo Portal COMPRASNET através do site www.gov.br/compras/pt-br.

20.13. No caso de alteração deste Edital no curso do prazo estabelecido para a realização do Pregão, este prazo será reaberto, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

19.14. É obrigação da proponente observar e acompanhar rigorosamente os editais, todas as fases do certame e comunicados oficiais divulgados conforme item anterior, ler e interpretar o conteúdo destes, desobrigando totalmente o órgão licitador, por interpretações errôneas ou inobservâncias.

19.15. A proponente deverá indicar ao (a) Pregoeiro (a) todos os meios de contato (telefone/endereço eletrônico (e-mail), para comunicação, e obriga-se a manter os dados devidamente atualizados durante todo o decurso processual. Será de sua inteira responsabilidade o retorno imediato de todos os atos comunicados, os quais serão considerados recebidos, não lhe cabendo qualquer alegação de não recebimentos dos documentos.



Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

19.16. O (A) pregoeiro (a) não se responsabilizará por e-mails que, por qualquer motivo, não forem recebidos em virtude de problemas no servidor ou navegador, tanto do Município de Foz do Iguaçu/PR quanto do emissor.

19.17. Incumbirá ao Licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico, sendo responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem enviada e emitida pelo Sistema ou de sua desconexão.

19.18. Caso o sistema eletrônico desconectar para o (a) pregoeiro (a) no decorrer da etapa de lances da sessão pública, e permanecendo acessíveis aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem o prejuízo dos atos realizados.

19.19. Se a desconexão do (a) pregoeiro (a) persistir por tempo superior a 10min. (dez minutos), a sessão pública será suspensa e só poderá ser reiniciada após decorrido, no mínimo 24h (vinte e quatro horas), após a comunicação do fato aos participantes em campo próprio no sistema eletrônico.

19.20. CASO A ETAPA DE LANCES ULTRAPASSE O HORÁRIO DE EXPEDIENTE, O PREGÃO SERÁ SUSPENSO E RETORNARÁ NO HORÁRIO INFORMADO PELO (A) PREGOEIRO (A) VIA *CHAT*.

19.21. Não havendo expediente, ocorrendo qualquer fato superveniente, ou mesmo indisponibilidade no Sistema Comprasnet que impeça a realização do certame na data e horário marcado, a sessão pública será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no horário estabelecido neste Edital, desde que não haja comunicação do (a) Pregoeiro (a) em contrário.

19.22. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

19.23. Para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas do presente Edital, será competente o Foro da Comarca de Foz do Iguaçu - PR.

19.24. Os casos omissos serão resolvidos pelo (a) Pregoeiro (a).

19.25. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA;

ANEXO II – ITENS DA LICITAÇÃO;

MODELO I – MODELO PADRÃO DE PROPOSTA COMERCIAL;

MODELO II – MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA.

Foz do Iguaçu, 08 de julho de 2002

Nilton Aparecido Bobato
Secretário Municipal da Administração



ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1. Introdução

Aquisição de 04 (quatro) automóveis zero quilômetro com base nos planos encaminhados pelas diretorias DIGUAS e DIPE, contemplados com recursos provenientes da Emenda Parlamentar Federal Programação SIGTV/MDS/SNAS nº 410830420210001 - Programa: Estruturação da Rede de Serviços do SUAS - Emenda de Relator 2021 e Emenda Parlamentar Obrigatória nº 192-21.

2. Justificativa

As aquisições apontadas trazem no seu propósito atender as necessidades de efetivação e melhorias na realização das atividades rotineiras, inerentes as unidades de atendimentos da Secretaria Municipal de Assistência Social, no âmbito do município de Foz do Iguaçu – PR.

Ressalte-se que as demandas são fundamentadas por meio dos Planos de Ações/Aplicações devidamente apreciados e aprovados pelos entes envolvidos os quais seguem anexados a esse processo documental, conforme abaixo descrito:

2.1. DIGSUAS: EMENDA PARLAMENTAR FEDERAL NO VALOR DE R\$ 1.052.500,00 - ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE SERVIÇOS DO SUAS - EMENDA DE RELATOR 2021:

- CI DIGSUAS Nº 448/2022 de 28/03/2022 – encaminha Espelho da Programação SIGTV/MDS/SNAS Nº 410830420210001 - Programa: Estruturação da Rede de Serviços do SUAS - Emenda de Relator;
- **Resolução CMAS Nº 78/2021 DE 29/12/2021:**
 - Veículo de 07 lugares para Centro de Convivência do Idoso Afra Roth;
 - Veículo de 07 lugares para Casa de Passagem para Adultos e Famílias I;
 - Veículo de 07 lugares para CREAS I.

2.2. DIPE: EMENDA PARLAMENTAR OBRIGATÓRIA Nº 192-2022:

- MI SMFA nº 1592-2022- de 14/01/2022: Encaminha Emendas Parlamentares Obrigatórias a serem executadas até o final deste exercício de 2022;
- Emenda Parlamentar Obrigatória Nº 192-2022;
- CI DIPE nº 121-2022- DE 22/02/2022: Encaminha plano da Emenda Parlamentar Obrigatória nº 192-21- Aquisição de veículo para o CRAM;
- Resolução CMAS nº 24-2021 de 27-04-22:



Em síntese, as aquisições em pauta têm aporte financeiro através de recursos com prazo estimado para execução e prestação de contas.

3. Do Objeto

3.1. A presente licitação para aquisição dos objetos deverá conter as quantidades e especificações, conforme segue:

Item 01: EMENDA IMPOSITIVA Nº 192/2 - DATA DA VIGÊNCIA: 12 /11/2021 A 01/11/2022 - CENTRO DE REFERÊNCIA DE ATENDIMENTO À MULHER VÍTIMA DE VIOLÊNCIA - CRAM - RESOLUÇÃO CMAS Nº 24/2022 DE 27/04/22:

- CÓDIGO GIIG: 105939
- CATMAT: 150682
- ELEMENTO DE DESPESA: 44.90.52.52.00
- RMS: 2304

ITEM	ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS	MED.	QTD.	VR. UNIT.	VALOR TOTAL
01	AUTOMÓVEL DE PASSEIO- ZERO KM; ANO DE FABRICAÇÃO 2022; CAPACIDADE PARA MÍNIMO DE 05 (CINCO) PASSAGEIROS; COR BRANCA; MOTOR NO MÍNIMO 1.3 CV; SISTEMA DE COMBUSTÍVEL FLEX; 05 (CINCO) PORTAS, SISTEMA DE TRAVAMENTO DAS PORTAS ELÉTRICO DE FÁBRICA, NAS 05 PORTAS; SISTEMA DE FREIOS COM ABS; CAIXA DE MARCHA COM NO MÍNIMO 05 (CINCO) MARCHAS À FRENTE E UMA À RÉ; ESPELHOS RETROVISORES EXTERNOS ELÉTRICOS; AIRBAG DUPLO; AR CONDICIONADO QUENTE E FRIO COM SISTEMA DE RECIRCULAÇÃO DE AR, ACIONADO ELETRONICAMENTE; DIREÇÃO ELÉTRICA PROGRESSIVA OU HIDRÁULICA ORIGINAL DE FÁBRICA; VOLANTE COM REGULAGEM DE ALTURA; VIDRO ELETRICO NAS PORTAS DIANTEIRAS; SENSOR DE ESTACIONAMENTO; ABERTURA AUTOMÁTICA PELA CHAVE; LANTERNA DE NEBLINA; DESEMBAÇADORES DE PARA BRISAS NO VIDRO TRASEIRO; CINTO DE SEGURANÇA NOS 05 (CINCO) ASSENTOS; JOGO DE TAPETES DE BORRACHA; ALARME ORIGINAL DE FÁBRICA OU INSTALADO, ATRAVÉS DA CONCESSIONÁRIA, COM TODAS AS RECOMENDAÇÕES DO FABRICANTE; CHAVE	UNID	01	81.144,17	81.144,17



	<p>ADICIONAL RESERVA RÍGIDA; TOMADA DE 12 VOLTS; TODOS OS EQUIPAMENTOS OBRIGATÓRIOS CONFORME NORMA EM VIGOR DO CONTRAN; AUTOMÓVEL DEVERÁ OBEDECER AS NORMAS DE SEGURANÇA EXIGIDAS PELO CÓDIGO NACIONAL DE TRANSITO VIGENTE, PROTETOR DE CORTE OU PROTEÇÃO DE CÂRTER PELO AGREGADO</p> <p>DO MOTOR: ADESIVAGEM EM MATERIAL VINÍLICO, IMPRESSÃO SOLVENTE EM CORES E CORTE A LASER NAS 02 PORTAS DIANTEIRAS E NA LATERAL TRASEIRA CONTENDO INFORMAÇÃO REFERENTE À DESTINAÇÃO DO VEÍCULO E AO RECURSO UTILIZADO, POR PARTE DA CONTRATADA. O TEXTO E O LAY OUT SERÃO INFORMADOS POSTERIORMENTE CONFORME PADRÃO ESTABELECIDO PELA CONTRATANTE; AUTOMÓVEL SERÁ A PARTIR DE 2018, DESALIENADO, DE ACORDO COM A MARCA INDICADA NA PROPOSTA, DEVIDAMENTE EMPLACADO (COM TAXA DE LACRADO E EMPLACADO EM NOME DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU. O MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU EXIGE SER O PRIMEIRO PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO.</p>				
--	---	--	--	--	--

Item 02: EMENDA PARLAMENTAR FEDERAL - ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE SERVIÇOS DO SUAS - EMENDA DE RELATOR 2021 - RESOLUÇÃO CMAS Nº 79/2021 DE 29/12/2021:

- **CÓDIGO GIIG: 105940**
- **CATMAT: 150046**
- **ELEMENTO DE DESPESA: 44.90.52.52.00**
- **RMS: 3588**

ITEM	ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS	MED.	QTD	VR. UNIT.	VALOR TOTAL
2	<p>AUTOMÓVEL UTILITÁRIO - ZERO KM; ANO DE FABRICAÇÃO 2022; COR BRANCA; MOTOR: NO MÍNIMO 1.8 CV; SISTEMA DE COMBUSTÍVEL FLEX; 05 (CINCO) PORTAS; CAPACIDADE PARA MÍNIMO DE ASSENTOS 07 (SETE); SISTEMA DE TRAVAMENTO DAS PORTAS ELÉTRICO DE FÁBRICA; SISTEMA DE FREIOS COM ABS; CX DE MARCHA COM NO MÍNIMO 05 (CINCO) MARCHAS À FRENTE E 01 (UMA) À RÉ; ESPELHOS RETROVISORES EXTERNOS ELÉTRICOS; AIRBAG DUPLO; AR CONDICIONADO QUENTE E FRIO COM SISTEMA DE RECIRCULAÇÃO DE AR ACIONADO</p>	UNID	03	131.219,31	393.657,93



<p>ELETRONICAMENTE; DIREÇÃO ELÉTRICA PROGRESSIVA OU HIDRÁULICA ORIGINAL DE FÁBRICA; VOLANTE COM REGULAGEM DE ALTURA; VIDRO ELETRICO DIANTEIRO; ABERTURA AUTOMÁTICA PELA CHAVE; LANTERNA DE NEBLINA; DESEMBAÇADORES DE PARA BRISAS NOS VIDRO TRASEIRO; CINTO DE SEGURANÇA NOS 07 (SETE) ASSENTOS; JOGO DE TAPETES DE BORRACHA; ALARME ORIGINAL DE FÁBRICA OU INSTALADO, ATRAVÉS DA CONCESSIONÁRIA, COM TODAS AS RECOMENDAÇÕES DO FABRICANTE; TODOS OS EQUIPAMENTOS OBRIGATÓRIOS CONFORME NORMA EM VIGOR DO CONTRAN; AUTOMÓVEL DEVERA OBEDECER A NORMAS DE SEGURANÇA EXIGIDAS PELO CÓDIGO NACIONAL DE TRANSITO VIGENTE, PROTETOR DE CORTE OU PROTEÇÃO DE CÁRTER PELO AGREGADO DO MOTOR, AUTOMÓVEL SERÁ A PARTIR DE 2018, DESALIENADO, DE ACORDO COM A MARCA INDICADA NA PROPOSTA, DEVIDAMENTE EMPLACADO (COM TAXA DE LACRADO E EMPLACADO EM NOME DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU. O MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU EXIGE SER O PRIMEIRO PROPRIETÁRIO DO AUTOMÓVEL); CHAVE ADICIONAL RESERVA RÍGIDA; TOMADA DE 12 VOLTS; REVESTIMENTO DOS BANCOS EM COURVIN DE NO MÍNIMO 01 MM DE ESPESSURA (COURO SINTÉTICO OU SIMILAR), POR PARTE DA CONTRATADA; ADESIVAGEM EM MATERIAL VINÍLICO, IMPRESSÃO SOLVENTE EM CORES E CORTE A LASER NAS 02 PORTAS DIANTEIRAS E NA LATERAL TRASEIRA CONTENDO INFORMAÇÃO REFERENTE À DESTINAÇÃO DO VEÍCULO E AO RECURSO UTILIZADO, POR PARTE DA CONTRATADA. O TEXTO E O LAY OUT SERÃO INFORMADOS POSTERIORMENTE CONFORME PADRÃO ESTABELECIDO PELA CONTRATANTE; EMPLACAMENTO NO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU POR PARTE DA CONTRATADA; DESPESAS COM FRETE, ENCARGOS E TRIBUTOS POR PARTE DA CONTRATADA; CATEGORIA DE HABILITAÇÃO A.</p>					
				04	474.802,10

* Valor máximo total é de R\$ 474.802,10 (quatrocentos e setenta e quatro mil oitocentos e dois reais e dez centavos).



4. Das Obrigações da Contratante

- 4.1.** Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA com relação ao objeto deste Termo de Referência.
- 4.2.** Permitir que somente pessoas autorizadas pela empresa vencedora prestem assistência técnica local (na cidade de Foz do Iguaçu/PR), dentro do prazo de garantia do automóveis .
- 4.3.** Rejeitar o recebimento dos automóveis que não estiver em conformidade com as condições estabelecidas neste Termo de Referência.
- 4.4.** Notificar a contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias.
- 4.5.** Acompanhar e fiscalizar a entrega dos automóveis por meio do fiscal do contrato, designado pela Administração.

5. Das Obrigações da Contratada

- 5.1.** Entregar os automóveis novos, zero quilômetro, com as especificações e prazo de entrega exigida nesse termo, de acordo com a marca indicada na proposta, devidamente emplacado em nome do município de Foz do Iguaçu; (com taxa de licenciamento e seguro obrigatório).
- 5.2.** **Constatada a falha ou defeitos no automóvel, a CONTRATANTE notificará a CONTRATADA para sanar a deficiência e/ou substituir o automóvel, no prazo máximo de 10 (dez) dias.**
- 5.3.** **No caso de substituição do automóvel, este terá o mesmo prazo de garantia originalmente dado ao automóvel adquirido, a contar da data em que venha a ocorrer a substituição.**
- 5.4.** **Arcar com todas as despesas relativas ao seu ramo de atividade e necessárias à plena execução do fornecimento e todos os tributos e frete incidentes sobre o objeto deste certame.**
- 5.5.** Comunicar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 02 (dois) dias que antecedem o prazo da entrega, os motivos que impossibilite o seu cumprimento.
- 5.6.** Não transferir a outrem, no todo ou em parte, a obrigação do fornecimento dos automóveis, objeto deste Contrato, sem a prévia e expressa anuência da Administração.



5.7. A CONTRATADA deverá identificar os automóveis adquiridos por meio de adesivagem:

- **VEÍCULO 05 LUGARES – Item 01:** Adesivagem nas 02 (duas) portas laterais dianteiras e na lateral traseira dos mesmos, em material vinílico, impressão solvente

em cores, corte a laser, contendo o texto conforme padrão estabelecido pela **CONTRATANTE** a qual, posteriormente, deverá repassar as informações respectivas e pertinentes através da Diretoria de Gestão Financeira do SUAS - DGFS (Telefone: (45) 3545-1002);

- **VEÍCULO 07 LUGARES –Item 02:**

- Seguir o modelo de referência **do Manual de Identidade Visual MOBSUAS:**
 - ✓ Local de aplicação: faixas de identificação conforme imagens ilustrativas presentes nesse manual.
 - ✓ Posicionamento: Lateral direita: faixas laterais; Lateral esquerda: diametralmente oposto; Traseira; e Dianteira.
 - ✓ Cores CMYK 13 45 99 3 CMYK 95 61 37 26
 - ✓ Tipo: adesivo de boa qualidade e durabilidade, compatível com os tipos e modelos utilizados no mercado na época da adesivação, em material vinílico, impressão solvente em cores, corte a laser, contendo o texto conforme padrão estabelecido pela **CONTRATANTE** a qual, posteriormente, deverá repassar as informações respectivas e pertinentes através da Diretoria de Gestão Financeira do Suas - DGFS (Telefone: (45) 3545-1002);

5.8. A empresa vencedora deverá prestar assistência técnica local (na cidade de Foz do Iguaçu/PR), dentro do prazo de garantia do (s) automóvel (is). Deverá haver nos endereços desta **CONTRATANTE**, conforme descritos neste Termo de Referência, ou em um raio de até 120 Km (cento e vinte quilômetros) de distância, concessionária autorizada a realizar manutenção no automóvel.

5.9. A **CONTRATADA** deverá citar em sua proposta a sistemática de assistência técnica, com nome e endereço do(s) representante(s) autorizado(s) a prestar (em) estes serviços.

6. Do Gestor e Fiscal do Contrato

6.1. Serão designados os seguintes profissionais para fiscalização e gestão do objeto contratual:

01 – Gestor:

- **Elias de Sousa Oliveira** - Secretário Municipal de Assistência Social.

02 – Fiscais:



- **André dos Santos** - Diretor de Gestão do Sistema Único de Assistência Social- DIGS/SUAS;
- **Dayse Mara Bortoli** – Diretora da Proteção Social Especial – DIPE;
- **Fabiana Siqueira** - Diretora da Proteção Social Básica – DIPS.

7. Da Garantia

7.1. A CONTRATADA garantirá o bem, objeto do fornecimento, contra defeitos de fabricação pelo período de garantia do manual do fabricante, contado a partir do recebimento definitivo pela CONTRATANTE.

7.2. Durante o período da garantia, a CONTRATADA substituirá as partes, conjunto ou bens defeituosos ou degradados em decorrência de falhas da fabricação, sem ônus para o CONTRATANTE, cabendo a este comunicar por escrito a constatação de defeito ou degradação.

7.3. A garantia dos automóveis, objeto deste Termo de Referência, será de no mínimo 12 (doze) meses, contados a partir da data de emissão do Termo de Recebimento e Contrato.

8. Das Especificações Técnicas e Quantidades

8.1. Marca modelo e as especificações detalhadas do objeto ofertado, consoante exigências editalícias.

8.2. Os itens objeto deste Contrato deverão obedecer às prescrições e exigências contidas nas Especificações deste Termo de Referência, estando a CONTRATADA ciente que a descrição do objeto que deve ser atendida, consta no teor do Termo de Referência, ficando evidenciado que a descrição do empenho tem a função meramente informativa;

8.3. Com todos os equipamentos de uso obrigatório exigido pelo Código de Trânsito Brasileiro (DENATRAN).

8.4. Deverão estar inclusos no valor da proposta: licenciamento, seguro obrigatório, emplacamento e lacre na categoria oficial em nome da Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu.

8.5. Inclusão de todas as despesas que influam nos custos, tais como: despesas com custo, transporte, seguro e frete, tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), obrigações sociais, trabalhistas, fiscais, frete, encargos comerciais ou de qualquer natureza e todos os ônus diretos ou indiretos.



8.6. O(s) automóvel (is) oferecidos pela licitante deverão vir com todos os equipamentos de série da categoria ofertada, mesmo que não conste algum item neste Termo de Referência.

8.7. Na proposta de preço deverá constar a descrição detalhada do automóvel, a quantidade solicitada, os valores unitários e totais, prazo de validade de 60 (sessenta) dias.

9. Entrega: Prazos, Local e Condições de Entrega:

9.1. Prazo de entrega: em até 180 (cento e oitenta) dias após a assinatura do contrato e recebimento da nota do empenho.

9.2. Local da entrega dos automóveis: A entrega dos objetos da licitação deverá ser realizada mediante agendamento e com o **Secretaria Municipal de Assistência Social no município de Foz do Iguaçu – PR**, no endereço abaixo especificado ou por ele determinado;

Secretaria Municipal de Assistência Social

- Endereço: Rua Av. Jorge Schimmelpfeng, 111 – Centro
- Telefone: (45) 3545-1002
- E-mail: diafsmas@gmail.com.br

0. Do Recebimento dos Automóveis:

10.1. Na entrega do(s) automóvel (is) serão vistoriados por servidor do órgão requisitante, que acompanhados de um representante da fornecedora, farão a conferência das especificações e da integridade dos automóveis entregues.

10.2. Caso sejam constatadas irregularidades, o fiscal emitirá documento relatando as alterações, que deverão ser sanadas no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da emissão do Termo de Referência, sob pena de multa.

10.3. A nota fiscal deverá constar as seguintes informações:

10.4. Valor unitário do automóvel;

10.5. Marca e modelo do automóvel entregue;

10.6. Período de garantia do automóvel;



Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

10.7. Número da nota de empenho e do processo de compra;

10.8. A **CONTRATADA** deverá emitir **Nota Fiscal** juntamente com todas as certidões necessárias para realização do pagamento;

10.9. As informações complementares a serem lançadas na **Nota Fiscal**, serão posteriormente, repassadas através da Diretoria de Gestão Financeira do SUAS – DGFS pelo telefone (045) 3545-1002, devendo a **CONTRATADA** entrar em contato com a **CONTRATANTE**, para realizar as tratativas necessárias que atendam a essa finalidade.

11. Dotação Orçamentária:

Dotação	FONTE DE RECURSO:	Valor: R\$
08.05.08.244.0510.2070. 44.90.52. 1.505	EMENDA IMPOSITIVA Nº 192/2 DATA DA VIGÊNCIA: 12 /11/2021 A 01/11/2022 - CENTRO DE REFERÊNCIA DE ATENDIMENTO À MULHER VÍTIMA DE VIOLÊNCIA - CRAM - RESOLUÇÃO CMAS Nº 24/2022 DE 27/04/22.	81.144,17
08.05.08.244.0080.1016.44.90.52.1.957	EMENDA PARLAMENTAR FEDERAL PROGRAMAÇÃO Nº 410830420210001 - PROGRAMA: ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE SERVIÇOS DO SUAS - EMENDA DE RELATOR 2021 - MINISTÉRIO DA CIDADANIA /SECRETARIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - RESOLUÇÃO CMAS Nº 78/2022 DE 29/12/2021.	393.657,93
Total:		R\$ 474.802,10

12. Disposições Gerais

12.1. O(s) automóvel (is) oferecido(s) deverá (ão) ser novos, zero quilômetro e estar (em) em fase normal de fabricação na data da entrega, e em conformidade com a legislação.

Foz do Iguaçu, 03 de junho de 2022.

Elias de Sousa Oliveira

Secretário Municipal de Assistência Social



ANEXO II – ITENS DA LICITAÇÃO

ITEM	ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS	MED.	QTD.	VR. UNIT.	VALOR TOTAL
01	<p>AUTOMÓVEL DE PASSEIO- ZERO KM; ANO DE FABRICAÇÃO 2022; CAPACIDADE PARA MÍNIMO DE 05 (CINCO) PASSAGEIROS; COR BRANCA; MOTOR NO MÍNIMO 1.3 CV; SISTEMA DE COMBUSTÍVEL FLEX; 05 (CINCO) PORTAS, SISTEMA DE TRAVAMENTO DAS PORTAS ELÉTRICO DE FÁBRICA, NAS 05 PORTAS; SISTEMA DE FREIOS COM ABS; CAIXA DE MARCHA COM NO MÍNIMO 05 (CINCO) MARCHAS À FRENTE E UMA À RÉ; ESPELHOS RETROVISORES EXTERNOS ELÉTRICOS; AIRBAG DUPLO; AR CONDICIONADO QUENTE E FRIO COM SISTEMA DE RECIRCULAÇÃO DE AR, ACIONADO ELETRONICAMENTE; DIREÇÃO ELÉTRICA PROGRESSIVA OU HIDRÁULICA ORIGINAL DE FÁBRICA; VOLANTE COM REGULAGEM DE ALTURA; VIDRO ELETRICO NAS PORTAS DIANTEIRAS; SENSOR DE ESTACIONAMENTO; ABERTURA AUTOMÁTICA PELA CHAVE; LANTERNA DE NEBLINA; DESEMBAÇADORES DE PARA BRISAS NO VIDRO TRASEIRO; CINTO DE SEGURANÇA NOS 05 (CINCO) ASSENTOS; JOGO DE TAPETES DE BORRACHA; ALARME ORIGINAL DE FÁBRICA OU INSTALADO, ATRAVÉS DA CONCESSIONÁRIA, COM TODAS AS RECOMENDAÇÕES DO FABRICANTE; CHAVE ADICIONAL RESERVA RÍGIDA; TOMADA DE 12 VOLTS; TODOS OS EQUIPAMENTOS OBRIGATÓRIOS CONFORME NORMA EM VIGOR DO CONTRAN; AUTOMÓVEL DEVERÁ OBEDECER AS NORMAS DE SEGURANÇA EXIGIDAS PELO CÓDIGO NACIONAL DE TRANSITO VIGENTE, PROTETOR DE CORTE OU PROTEÇÃO DE CÁRTER PELO AGREGADO</p> <p>DO MOTOR: ADESIVAGEM EM MATERIAL VINÍLICO, IMPRESSÃO SOLVENTE EM CORES E CORTE A LASER NAS 02 PORTAS DIANTEIRAS E NA LATERAL TRASEIRA CONTENDO INFORMAÇÃO REFERENTE À DESTINAÇÃO DO VEÍCULO E AO RECURSO UTILIZADO, POR PARTE DA CONTRATADA. O TEXTO E O LAY OUT SERÃO INFORMADOS POSTERIORMENTE CONFORME PADRÃO ESTABELECIDO PELA CONTRATANTE; AUTOMÓVEL SERÁ A PARTIR DE 2018,</p>	UNID	01	81.144,17	81.144,17



ITEM	ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS	MED.	QTD	VR. UNIT.	VALOR TOTAL
2	<p>AUTOMÓVEL UTILITÁRIO - ZERO KM; ANO DE FABRICAÇÃO 2022; COR BRANCA; MOTOR: NO MÍNIMO 1.8 CV; SISTEMA DE COMBUSTÍVEL FLEX; 05 (CINCO) PORTAS; CAPACIDADE PARA MÍNIMO DE ASSENTOS 07 (SETE); SISTEMA DE TRAVAMENTO DAS PORTAS ELÉTRICO DE FÁBRICA; SISTEMA DE FREIOS COM ABS; CX DE MARCHA COM NO MÍNIMO 05 (CINCO) MARCHAS À FRENTE E 01 (UMA) À RÉ; ESPELHOS RETROVISORES EXTERNOS ELÉTRICOS; AIRBAG DUPLO; AR CONDICIONADO QUENTE E FRIO COM SISTEMA DE RECIRCULAÇÃO DE AR ACIONADO ELETRONICAMENTE; DIREÇÃO ELÉTRICA PROGRESSIVA OU HIDRÁULICA ORIGINAL DE FÁBRICA; VOLANTE COM REGULAGEM DE ALTURA; VIDRO ELETRICO DIANTEIRO; ABERTURA AUTOMÁTICA PELA CHAVE; LANTERNA DE NEBLINA; DESEMBAÇADORES DE PARA BRISAS NOS VIDRO TRASEIRO; CINTO DE SEGURANÇA NOS 07 (SETE) ASSENTOS; JOGO DE TAPETES DE BORRACHA; ALARME ORIGINAL DE FÁBRICA OU INSTALADO, ATRAVÉS DA CONCESSIONÁRIA, COM TODAS AS RECOMENDAÇÕES DO FABRICANTE; TODOS OS EQUIPAMENTOS OBRIGATÓRIOS CONFORME NORMA EM VIGOR DO CONTRAN; AUTOMÓVEL DEVERA OBEDECER A NORMAS DE SEGURANÇA EXIGIDAS PELO CÓDIGO NACIONAL DE TRANSITO VIGENTE, PROTETOR DE CORTE OU PROTEÇÃO DE CÁRTER PELO AGREGADO DO MOTOR, AUTOMÓVEL SERÁ A PARTIR DE 2018, DESALIENADO, DE ACORDO COM A MARCA INDICADA NA PROPOSTA, DEVIDAMENTE EMPLACADO (COM TAXA DE LACRADO E EMPLACADO EM NOME DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU. O MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU EXIGE SER O PRIMEIRO PROPRIETÁRIO DO AUTOMÓVEL); CHAVE ADICIONAL RESERVA RÍGIDA; TOMADA DE 12 VOLTS; REVESTIMENTO</p>	UNID	03	131.219,31	393.657,93



Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

	DOS BANCOS EM COURVIN DE NO MÍNIMO 01 MM DE ESPESSURA (COURO SINTÉTICO OU SIMILAR), POR PARTE DA CONTRATADA; ADESIVAGEM EM MATERIAL VINÍLICO, IMPRESSÃO SOLVENTE EM CORES E CORTE A LASER NAS 02 PORTAS DIANTEIRAS E NA LATERAL TRASEIRA CONTENDO INFORMAÇÃO REFERENTE À DESTINAÇÃO DO VEÍCULO E AO RECURSO UTILIZADO, POR PARTE DA CONTRATADA. O TEXTO E O LAY OUT SERÃO INFORMADOS POSTERIORMENTE CONFORME PADRÃO ESTABELECIDO PELA CONTRATANTE; EMPLACAMENTO NO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU POR PARTE DA CONTRATADA; DESPESAS COM FRETE, ENCARGOS E TRIBUTOS POR PARTE DA CONTRATADA; CATEGORIA DE HABILITAÇÃO A.				
--	---	--	--	--	--

* Valor máximo total é de R\$ 474.802,10 (quatrocentos e setenta e quatro mil oitocentos e dois reais e dez centavos).

Havendo divergências entre a descrição do objeto constante no Edital e a descrição do objeto constante no SITE COMPRASGOV, "SIASG" (catálogo de materiais e serviços) OU NOTA DE EMPENHO, prevalecerá, sempre, a descrição do Edital.



Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

MODELO I

OBSERVAÇÃO: CONJUNTAMENTE COM A PROPOSTA FINAL, A EMPRESA MELHOR CLASSIFICADA DEVERA APRESENTAR OS DOCUMENTOS DESCRITOS NOS ITENS 13.1 E SEGUINTE DO EDITAL.

PROPOSTA COMERCIAL (em papel personalizado da empresa)

Razão Social: _____

CNPJ/MF: _____ IE _____

Endereço: _____

Tel/Fax: _____ CEP: _____ Cidade: _____ UF: _____

À

Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu

Diretoria de Licitações e Contratos

Pregão Eletrônico nº/2022

Banco _____ Agência Bancária _____ Conta Corrente nº _____

Em atenção ao Pregão em epígrafe, apresentamos nossa proposta comercial para o fornecimento do objeto, conforme abaixo:

Item	Especificação do Item	Marca	Unid.	Qtde.	Preço Unitário R\$	Valor total R\$
01						
02						
	TOTAL R\$					

Condições de Pagamento:

Validade da Proposta: 60 (sessenta) dias

Declaramos de que nos preços propostos encontram-se incluídos todos os tributos, impostos de quaisquer naturezas, encargos sociais, **frete** até o destino e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre o fornecimento do objeto da presente licitação.

Local, ____ de _____ de 2022.

Atenciosamente

Representante Legal da Proponente

Nome: RG.: CPF:



**MODELO II - MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA – DOCUMENTO FACULTATIVO – PODE SER
SUBSTITUÍDO PELA DECLARAÇÃO DO SISTEMA COMPRASGOV
(papel timbrado da licitante)**

Ao pregoeiro e equipe de apoio

Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº xxxxxxxx/2022.

Pelo presente instrumento, a empresa _____, CNPJ nº _____, com sede na _____, através de seu representante legal infra-assinado, que:

() Declara, sob as penas do artigo 299 do Código Penal, que se **enquadra na situação de microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, nos termos da Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei Complementar nº 147/14**, bem assim que inexistem fatos supervenientes que conduzam ao seu desenquadramento desta situação.

***Marcar este item caso se enquadre na situação de microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa.**

1) Declaramos, para os fins do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, não empregamos menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menores de dezesesseis anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos de idade, em cumprimento ao que determina o inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666/93, acrescida pela Lei nº 9.854/99.

2) Declaramos, para os fins que até a presente data inexistem fatos supervenientes impeditivos para habilitação no presente processo licitatório, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

3) Declaramos, para os fins que a empresa não foi declarada inidônea por nenhum órgão público de qualquer esfera de governo, estando apta a contratar com o poder público.

4) Declaramos, para os devidos fins que não possuímos em nosso quadro societário e de empregados, servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação, nos termos do inciso III, do artigo 9º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

5) Comprometo-me a manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.



Prefeitura do Município de Foz de Iguaçu

6) Declaramos, para os devidos fins de direito, na qualidade de Proponente dos procedimentos licitatórios, instaurados por este Município, que o (a) responsável legal da empresa é o (a) Sr. (a) _____, Portador (a) do RG sob nº _____ e CPF nº _____, cuja função/cargo é _____ (sócio administrador/procurador/diretor/etc), **responsável pela assinatura do contrato.**

7) Declaramos, para os devidos fins que em caso de qualquer comunicação futura referente a este processo licitatório, bem como em caso de eventual contratação, **concordo que o Contrato** seja encaminhado para o seguinte endereço:

E-mail:

Telefone: ()

8) Caso altere o citado e-mail ou telefone comprometo-me em protocolizar pedido de alteração junto ao Sistema de Protocolo deste Município, sob pena de ser considerado como intimado nos dados anteriormente fornecidos.

9) Nomeamos e constituímos o (a) senhor (a) _____, portador (a) do CPF/MF sob o n.º _____, para ser o (a) responsável – PREPOSTO - para acompanhar a execução do **Contrato**, referente ao Pregão Eletrônico Nº xxxxxx/2022 e todos os atos necessários ao cumprimento das obrigações contidas no instrumento convocatório, seus Anexos e na Ata de Registro de Preços/Contrato.

_____, _____ de _____ de 2022.
Local e Data

Assinatura do Responsável pela Empresa

(Nome Legível/Cargo)